

Contra rejeição, Bolsonaro mira pauta econômica no Congresso

Governo quer PEC do Calote neste ano, mas reformas ficam a perder de vista

Marianna Holanda, Thiago Resende e Mateus Vargas

BRASÍLIA A um mês do fim de 2021, o Palácio do Planalto prioriza no Congresso projetos econômicos para tentar reverter ou reduzir a rejeição de Jair Bolsonaro (sem partido). As pautas têm apelo popular às vésperas de ano eleitoral.

Reformas estruturais, como a tributária e a administrativa, caras ao ministro Paulo Guedes (Economia), estão fora dos planos. A ideia é melhorar a imagem do presidente, agora em níveis negativos recordes, segundo pesquisas.

Hoje, cinco projetos são vistos como urgentes por auxiliares palacianos. São eles: a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios (Calote); o novo marco do câmbio; a BR do Mar; a privatização dos Correios; e mudanças no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de combustíveis.

A lista do Palácio do Planalto, porém, não deve ser totalmente atendida pelo Congresso. O principal entrave é a espinhosa relação com o Senado.

O presidente da Casa e potencial adversário de Bolsonaro em 2022, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se elegeu com aval do governo. No entanto, ele tem adotado uma atuação independente.

Desde que Davi Alcolumbre (DEM-AP) deixou o comando da Casa, a disputa pelo controle de emendas tem desorganizado a base, alegam assessores de Bolsonaro, e faz com que o governo não tenha nenhuma estimativa de quantos senadores apoiem suas propostas. Por isso também, eleger senadores aliados se tornou prioridade do mandatário em 2022.

Auxiliares palacianos tentam, com urgência, colocar em andamento a PEC dos Precatórios — que dá calote em dívidas judiciais reconhecidas pelo Judiciário e sem possibilidade de recurso — e destravar o aumento do Auxílio Brasil para, no mínimo, R\$ 400 por mês.

Gastos a serem ampliados em ano eleitoral



Esta é a principal pauta do governo no Congresso, por se tratar de uma promessa do chefe do Executivo e uma aposta para elevar a popularidade nas camadas de renda mais baixa do país.

A intenção é começar a pagar o benefício de R\$ 400 já em dezembro, mas as maiores bancadas do Senado querem mais mudanças na PEC, apesar das concessões já feitas pelo líder do governo na Casa, Fernando Bezerra (MDB-PE), que é relator da proposta.

Bolsonaro disse, na terça-feira (23), desejar que a PEC seja aprovada nesta semana. "Para a gente começar a pagar logo em dezembro esses R\$ 400", afirmou à Rede Correio SAT, da Paraíba.

Para o Planalto, também é prioritária a aprovação até o

Propostas prioritárias do governo para 2021

PEC dos Precatórios (Calote)

Prevê parcelamento das dívidas da União reconhecidas pela Justiça, quando não cabe mais recurso. Pela proposta, o governo pagaria em 2022 apenas os débitos que vão até R\$ 600 mil. Foi incluída na PEC uma mudança no cálculo do teto de gastos, o que abre brecha para o Auxílio Brasil (sucessor do Bolsa Família) de R\$ 400 em 2022, ano de eleição.

Projeto de Lei do Câmbio

Trata do mercado de câmbio brasileiro, do capital brasileiro no exterior, do capital estrangeiro no país e da prestação de informações ao Banco Central para fins de compilação de estatísticas macroeconômicas oficiais.

Projeto de lei da Cabotagem (BR do Mar)

Institui a BR do Mar, iniciativa que busca estimular a navegação entre os portos nacionais (cabotagem). Um dos objetivos é

reduzir a dependência no Brasil do transporte de cargas em rodovias.

Privatização dos Correios

Proposta permite que serviços postais, inclusive os prestados hoje pelos Correios em regime de monopólio, sejam explorados pela iniciativa privada. Objetivo é eliminar a restrição de entrada de empresas no setor, ampliando a competição. Hoje, os Correios têm exclusividade no envio de cartas, telegramas e outras mensagens.

Projeto de Lei dos Combustíveis (ICMS)

Proposta cria um valor fixo de ICMS. Alíquota pode ser definida pelo estados e pelo Distrito Federal a cada ano. Taxa do tributo será calculada com base no valor médio dos combustíveis nos últimos dois anos e, com isso, a expectativa é de redução do valor do combustível

no fim do ano do projeto de lei que muda a regra de ICMS para combustível. Esta também foi uma bandeira de Bolsonaro nos últimos meses por causa da alta no valor da gasolina.

A medida já foi aprovada na Câmara. O texto prevê que o ICMS passe a ser um valor fixo. Os estados e o Distrito Federal poderão definir anualmente as alíquotas específicas. A taxa do tributo será calculada com base no valor médio dos combustíveis nos últimos dois anos.

A expectativa dos patrocinadores da proposta, como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é que o preço da gasolina e outros combustíveis caia em 2022 — ano eleitoral. No entanto, críticos do projeto dizem que esse método causará distorções e ele-

vará o custo em 2023.

O projeto está parado há um mês e meio no Senado, que ainda não tem acordo para votar a proposta.

O governo vem sendo pressionado a tomar medidas para conter a alta no preço dos combustíveis. Por isso, há uma disputa entre o Palácio do Planalto e governadores que acusam Bolsonaro de culpar injustamente os estados, apesar de as alíquotas do ICMS não terem subido.

A ideia do governo é garantir em dezembro medidas que podem dar ao presidente uma posição mais vantajosa na disputa eleitoral. Por isso, também, o auxílio-gás foi tratado com urgência no Planalto. Sancionada no dia 22 de novembro, a "Lei do Auxílio Gás dos Brasileiros" determina que

ÚLTIMOS DIAS

BlackNovember



Cadeira Sayl Black
12xR\$ 400,00
ou à vista*
R\$ 4.650,00



Cadeira Aeron Completa
12xR\$ 740,00
ou à vista*
R\$ 8.700,00

NOVO AMBIENTE



FALE COM UM CONSULTOR

Telefone (11) 3062 3351 | Atendimento WhatsApp (11) 3230 4067
sp@novambiente.com.br | @novambiente
Al. Gabriel Monteiro da Silva, 683 | Pop. Up: MorumbiShopping (piso superior)

PRONTA ENTREGA | GARANTIA 12 ANOS | LOJA ONLINE: NOVAMBIENTE.COM/LOJA

podem ser beneficiadas as famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo.

Bolsonaro confirmou que a ideia é começar a pagar o vale-gás em dezembro. "Objetivo é atender aquela parte mais carente da nossa sociedade", disse, também à Rede Correio SAT, na terça (23).

Além das pautas com apelo popular, o governo quer avançar em projetos que agradam a investidores e ao mercado financeiro, como a privatização dos Correios. A proposta, que quebra o monopólio da estatal e abre a empresa para o capital privado, foi aprovada pela Câmara em agosto e está parada no Senado.

Líderes de partidos independentes, como o MDB, criticam a ideia de privatizar a estatal. Há uma proposta em articulação que sugere transformar os Correios em sociedade de economia mista, em vez de privatizar.

O governo listou ainda o projeto de lei que faz uma série de alterações ao mercado cambial brasileiro e abre caminho para que pessoas físicas mantenham contas em moeda estrangeira, como dólar, no Brasil. A proposta foi alterada pelo Senado e, agora, precisa passar por nova votação na Câmara.

A equipe econômica aposta que, ao destravar agenda liberal, será possível impulsionar os investimentos no país, o que acelera o crescimento do PIB e gera empregos. A crise econômica é uma das preocupações de aliados de Bolsonaro na campanha pela reeleição.

Ainda que essas medidas sejam avaliadas como prioritárias

plano Planalto, auxiliares mais realistas admitem dificuldade de aprová-las ainda neste ano. É possível que apenas a PEC do Calote seja votada.

Sobre reformas com efeito de médio a longo prazo, como a administrativa e a tributária, interlocutores do presidente já admitem que ficarão a perder de vista. Líderes governistas da Câmara dizem que ainda não há votos para aprovar a PEC que reformula as regras do funcionalismo público.

A reforma tributária foi feita ainda neste ano. A proposta de fusão do PIS e Cofins está na Câmara e foi travada após forte lobby dos setores que podem pagar mais impostos com a medida, como o de serviços.

A proposta de mudança nas regras do Imposto de Renda é outro item parado no Senado por falta de apoio político.

Em um jantar na semana passada da CNI (Confederação Nacional da Indústria) promovido pelo MBC (Movimento Brasil Competitivo), Guedes fez um apelo pela aprovação das reformas.

"Dentro do governo, tem um entorno também que acha que o presidente ganha se não fizer reforma", disse. "Eu acho que é o contrário. Avançar com as reformas é o sinal de uma administração que quer mover o Brasil. Mas tem gente, o cara quer ser eleito... Bom, deixa para lá", afirmou.

Nos bastidores, Guedes enfrenta uma batalha com a ala política, em especial com Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência), que deve ser candidato ao governo do Rio Grande do Sul. Essa ala do governo defende que Bolsonaro gaste mais com programas sociais e deixe as reformas de lado.

PEC do Calote beneficia municípios e estados inadimplentes

Eduardo Cuculo

SÃO PAULO Estados e municípios brasileiros acumulavam, no fim de 2020, dívidas judiciais relacionadas a precatórios de R\$ 143,5 bilhões, de acordo com dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Algumas delas estão em situação de inadimplência há mais de uma década.

O valor devido e não pago pode se multiplicar nos próximos anos caso seja aprovada pelo Congresso o calote previsto na PEC dos Precatórios, que permite à União e aos demais governos hoje adimplentes postergar esses pagamentos.

Os números do Mapa Anual dos Precatórios do CNJ mostram um saldo de R\$ 194,7 bilhões pendentes de pagamento em todas as esferas de governo, incluindo valores que deveriam ter sido pagos até aquele ano e aqueles expedidos para serem quitados a partir de 2021.

O mapa também mostra o valor de R\$ 16,7 bilhões referentes à Justiça do Trabalho e R\$ 12 bilhões ao INSS.

Há hoje dois regimes de pagamento. A União e outros entes adimplentes estão no regime geral, que prevê que precatórios expedidos pelos presidentes de tribunais até 1º de julho de um ano devam ser pagos no exercício seguinte.

Distrito Federal, 24 estados e 1.626 municípios estão, desde 2009, em um regime especial, que vem sendo prorrogado e, atualmente, permite quitar as dívidas atrasadas até 2029. Apenas Espírito Santo e Alagoas não estavam na lista de estados devedores.

Segundo o CNJ, a dívida do regime especial somava R\$ 91 bilhões nos estados e R\$ 52,5 bilhões nos municípios, uma inadimplência total de R\$ 143,5 bilhões.

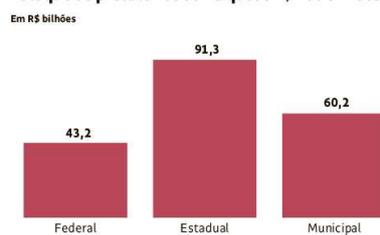
A PEC acrescentará a esse saldo pelo menos R\$ 45 bilhões em 2022, que são os precatórios federais que não serão pagos no próximo ano, devido ao teto que será criado para quitar essas dívidas.

Do valor total no final de 2020, considerando dívidas atrasadas e aquelas dentro da programação de pagamento, R\$ 91,3 bilhões estão na esfera estadual, sendo R\$ 29,2 bilhões em São Paulo e R\$ 15,6 bilhões no Rio Grande do Sul. Há também R\$ 60,2 bilhões na esfera municipal (R\$ 19,5 bilhões somente na capital paulista) e R\$ 43,2 bilhões na federal.

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, valores devidos após condenação judicial definitiva.

O pagamento está previsto

Estoque de precatórios soma quase R\$ 200 bilhões



Dez maiores dívidas com precatórios no regime especial



R\$ 143,5 bilhões

Dívidas com precatórios no regime especial

Fonte: Mapa Anual dos Precatórios do CNJ. Os dez representam 68% da dívida na esfera estadual e municipal no regime especial.

na Constituição, mas o Congresso Nacional já fez diversas alterações no texto para postergar o recebimento dessas dívidas. O Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) lista pelo menos cinco moratórios desde 1988, incluindo o regime especial. A última delas pegou carona na PEC Emergencial, promulgada em março deste ano.

Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional, afirma que muitos governantes trabalham sistematicamente para que essas dívidas não fossem pagas. Ele prevê o aumento da inadimplência com a PEC.

"A PEC vai afetar indiscriminadamente União, estados e municípios", afirma o também advogado José Luis Wagner, que atua na área e prevê o aumento da inadimplência entre todos os entes.

Dados do estado de São Paulo, maior devedor de precatórios do país, mostram um valor pendente acumulado

de R\$ 26,6 bilhões até agosto de 2021. Desse total, 77% se referem a precatórios alimentares, relativos a salários e benefícios previdenciários, por exemplo.

No total, são 84,3 mil precatórios, sendo que quase 60 mil foram expedidos a partir de 2020 (98% deles alimentares). Há débitos anteriores a 2008.

Na capital paulista, de acordo com a Procuradoria-Geral do município, o estoque é de R\$ 22 bilhões. Desde 2017, foram pagos R\$ 9,7 bilhões. Pessoas acima de 60 anos ou que tenham deficiência ou doenças graves com precatórios expedidos até o orçamento de 2021 receberam integralmente ou parcialmente os valores. Programa de pagamento à vista neste ano, com desconto de 25% a 40%, para quitar dívidas desde 2003, recebeu 2.403 propostas, e já foram pagos R\$ 792 milhões pelo Tribunal de Justiça.

O Rio Grande do Sul, terceiro maior devedor, estima um estoque de R\$ 16,5 bilhões ao final deste ano, com previsão de pagamento de R\$ 2,1 bilhões em 2022, mais da metade via compensação ou acordo com deságio.

De acordo com o plano apresentado neste ano pelo governador gacha para tentar reduzir essa fila, nos últimos dois anos, o valor quitado superou as novas inscrições.